

Chefe solidário

Presidente diz que Serra não deve pagar multa

A multa de R\$ 96 mil aplicada pela Justiça Eleitoral ao ministro José Serra despertou a solidariedade política do presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele sugere que o ministro recorra às instâncias superiores para não pagar. Quanto aos R\$ 96 mil, o Presidente, que é um pão-duro confesso, foi categórico: "Este dinheiro a gente não tem, não dá para pagar a multa. As declarações de Fernando Henrique foram feitas ontem, em Juazeiro do Norte, no Ceará, onde ele iniciou a segunda viagem em campanha pela reeleição.

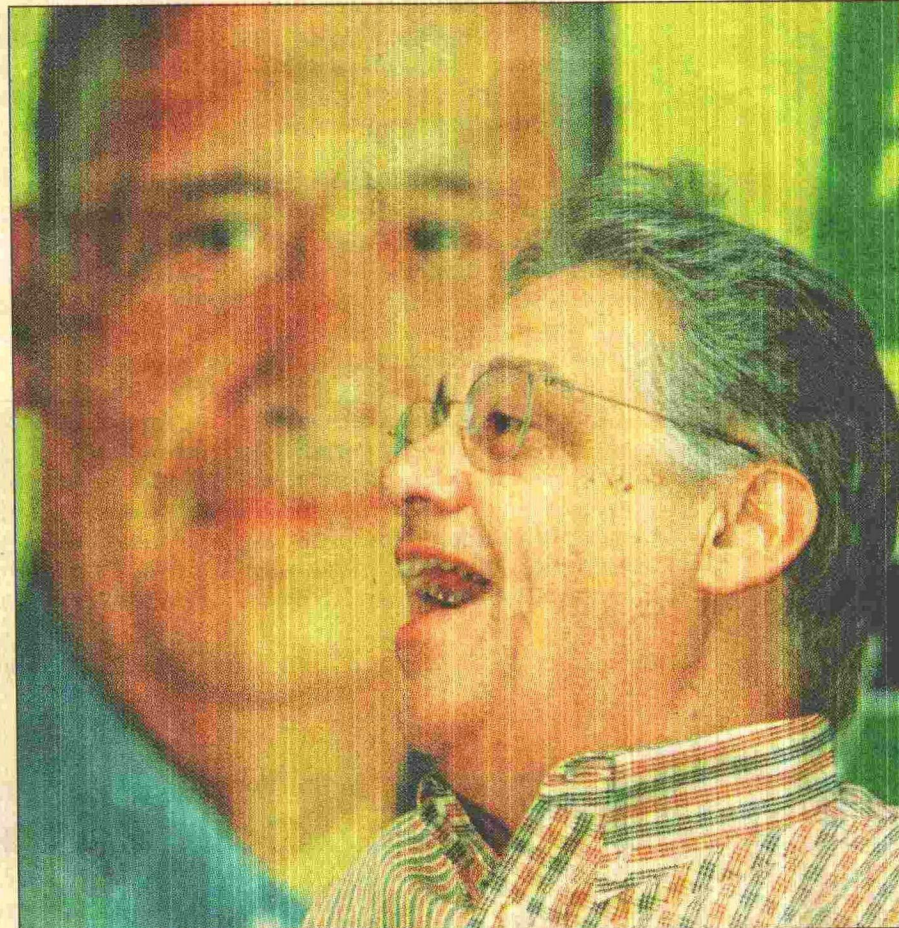
O ministro José Serra foi condenado a pagar a multa por ter usado o avião da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) em viagem a Piracicaba, onde reuniu-se com secretários estaduais de saúde do PSDB. O Presidente disse que o ministro estava a serviço do Governo e aproveitou a ocasião para participar de uma reunião política. "É impossível separar a função de ministro da função de líder político", avaliou.

Segundo Fernando Henrique, estes problemas acontecem porque todos, inclusive a Justiça, estão aprendendo como se comportar frente à reeleição, que é um

instituto inédito no País. "Estamos todos nós definindo o que pode e o que não pode, também a Justiça muitas vezes está com um critério que não é claro". As regras da lei eleitoral em relação à sua condição de presidente-candidato também foram questionadas por ele. "É uma situação ridícula. Não se pode separar o exercício do governo e a candidatura", repetiu. "Aqui, neste momento, eu sou o Presidente ou sou o candidato?", questionou. "Eu sou as duas coisas", afirmou.

A oposição foi acusada pelo Presidente de ter um "comportamento policialesco". Fernando Henrique chamou o PT de "dedo-duro", porque integrantes do partido gravaram uma fita da reunião do ministro com os secretários tucanos e apresentaram a denúncia ao TRE. "Veja até que ponto a nossa oposição está. Vai lá e filma, é dedo-duro. O povo também vê este tipo de comportamento policialesco". De acordo com Fernando Henrique, não há problemas em se falar sobre as realizações. "Se há reeleição, quem está no exercício tem a obrigação de governar bem e continuar dizendo o que está fazendo. O que não pode é utilizar recursos públicos para fins eleitorais".

GERUSA MARQUES
Repórter do Jornal de Brasília



FERNANDO Henrique diz que não há dinheiro para pagar a multa

Ricardo Stuckert/ OBrito News

Ficha suja faz nanico renunciar à Presidência

Dono de uma fortuna de R\$ 6 milhões e uma ficha policial com inquéritos por estelionato e furto, o empresário paulista Dorival Masci de Abreu, 64 anos, preferiu o anonimato a correr os riscos da exposição pública. Até quinta-feira um dos 14 candidatos de partidos nanicos à Presidência da República, Dorival renunciou. Convoçou a executiva nacional do Partido Trabalhista Nacional (PTN) à sua casa e, em reunião regada a vinho e canapés, renunciou em favor da secretária-geral, Thereza Ruiz. "Será a primeira candidata à Presidência. Agora, teremos mais chances", comemorou.

Dorival atribui o prontuário policial a "um homônimo", mas dificilmente teria a candidatura homologada pelo Tribunal Superior Eleitoral. No pedido de registro, protocolado em 5 de julho, não consta sequer seu título de eleitor. O empresário já respondeu a dez inquéritos policiais, série que começou em 1959 e inclui estelionato, furto, desacato à autoridade e crime contra a administração pública. No último, de 1996, foi acusado de estelionato pela indústria de laticínios Catupiry. O inquérito está em andamento na 15ª DP, em São Paulo. Os demais foram arquivados.

Dorival diz que renunciou para correr à Câmara dos Deputados. Jura que nunca pisou numa delegacia, mas não esclarece como o "homônimo" tenha sua idade e números do CPF e da carteira de identidade idênticos aos de seus documentos. Também não explica como a folha criminal do outro Dorival foi parar no processo de registro da candidatura no TSE - e com sua assinatura. "Pois é, ainda vou investigar isso", diz.